

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto: Registro de Preços para aquisição eventual de serviços especializados de manutenção em aparelhos de ar condicionado (instalação, desinstalação, higienização e recarga).**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

#### 1.1. Especificações e quantidade

1.1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para aquisição eventual de serviços especializados de manutenção em aparelhos de ar condicionado (instalação, desinstalação, higienização e recarga)**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 1			
Item	Qtde.	Unid.	Descrição
1	87	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 9.000 btus
2	96	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 12.000 btus
3	89	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 18.000 btus
4	49	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 24.000 btus
5	52	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 30.000 btus
6	39	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 48.000 btus
7	39	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 60.000 btus
8	14	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - 36.000 BTUS
9	8	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - 42.000 BTUS
10	2	UN	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO COM REMOÇÃO EM AR CONDICIONADO - Tipo piso teto de 55.000 btus
11	76	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 9.000 btus
12	81	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 12.000 btus



13	36	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 24.000 btus
14	41	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 30.000 btus
15	20	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 42.000 btus
16	6	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado tipo piso teto de 60.000 btus
17	2	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE RECARGA DE GÁS EM AR CONDICIONADO - Ar condicionado tipo piso teto de 55.000 btus
18	16	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS
19	49	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS
20	22	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS
21	26	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 30.000 BTUS
22	18	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 24.000 BTUS
23	46	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 9.000 BTUS
24	45	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 12.000 BTUS
25	10	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 36.000 BTUS
26	28	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 42.000 BTUS
27	30	UN	SERVIÇO DE DESINSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 48.000 BTUS
28	25	UN	SERVICO DE MANUTENCAO DE RECARGA DE GAS DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS
29	51	UN	SERVICO DE MANUTENCAO DE RECARGA DE GAS DE AR CONDICIONADO - 18.000 BTUS
30	3	UN	SERVICO DE MANUTENCAO DE RECARGA DE GAS DE AR CONDICIONADO - 36.000 BTUS
31	23	UN	SERVICO DE MANUTENCAO DE RECARGA DE GAS DE AR CONDICIONADO - 48.000 BTUS
32	47	UN	SERVICO DE DESINSTALACAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 12.000 BTUS
33	63	UN	SERVICO DE DESINSTALACAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS



34	65	UN	SERVICO DE DESINSTALACAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 24.000 BTUS
35	76	UN	SERVICO DE DESINSTALACAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 30.000 BTUS
36	41	UN	SERVICO DE DESINSTALACAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 48.000 BTUS
37	29	UN	SERVICO DE DESINSTALACAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS
38	45	UN	SERVICO DE DESINSTALACAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 42.000 BTUS
39	68	UN	SERVICO DE DESINSTALACAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 9.000 BTUS
40	10	UN	SERVICO DE DESINSTALACAO E INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 36.000 BTUS
41	78	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 18.000 BTUS
42	36	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 60.000 BTUS
43	36	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 36.000 BTUS
44	33	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 42.000 BTUS
45	36	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 48.000 BTUS
46	59	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - 9.000 BTUS
47	50	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - 12.000 BTUS
48	20	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - 24.000 BTUS
49	2	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - 55.000 BTUS
50	17	UN	SERVICO DE HIGIENIZACAO PREVENTIVA (DE APARENCIA) DE AR CONDICIONADO - AR CONDICIONADO DE 30.000 BTUS
51	50	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 9.000 btus
52	71	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 12.000 btus
53	64	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 18.000 btus
54	10	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 22.000 btus



55	34	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 24.000 btus
56	19	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 30.000 btus
57	20	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 48.000 btus
58	2	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - instalação de ar condicionado tipo piso teto de 55.000 btus
59	16	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - instalação de ar condicionado tipo piso teto de 60.000 btus
60	10	UN	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO PADRÃO DE AR CONDICIONADO - Ar condicionado de 36.000 btus
61	8	SV	SERVICO DE INSTALACAO DE AR CONDICIONADO - 42.000 BTUS
62	2	UN	SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO - Ar condicionado tipo piso teto de 60.000 btus

## 1.2. Prazo de vigência da contratação

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da data de assinatura do contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Os Requisitos da Contratação se encontram pormenorizados em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 5. DOS PARAMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços devido à natureza recorrente e imprevisível da demanda, distribuída entre várias unidades da Administração.



5.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)**

6.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da ordem de serviço.

6.2. A contratada deverá prestar os serviços em qualquer unidade da Prefeitura localizada no município de Tarumã.

6.3. Excepcionalmente, a chefia de cada unidade poderá autorizar a execução dos serviços em dias não úteis, quando houver necessidade.

6.4. Caso, de forma excepcional, a manutenção corretiva não possa ser realizada nas dependências das unidades da Prefeitura, será autorizada a retirada do equipamento, ficando sob responsabilidade da empresa contratada o transporte, a guarda e a integridade do bem.

6.5. Para a adequada execução dos serviços, a contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

6.6. Os serviços prestados e as peças fornecidas deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

### **7.1. Rotinas de fiscalização Contratual**

7.1.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;

7.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.

7.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.1.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).



7.1.5.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º).

7.1.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

7.1.6. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 1º).

7.1.7. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, § 2º).

7.1.8. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.1.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, § 1º).

7.1.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, § 2º).

7.1.13. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, § 3º).

7.1.14. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, § 3º).





## **7.2. São obrigações da Contratante:**

- 7.2.1. Fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto licitado;
- 7.2.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista das notas fiscais, devidamente atestadas pelo setor competente.
- 7.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela detentora da Ata.
- 7.2.4. Recusar com a devida justificativa qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA.
- 7.2.5. A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da PREFEITURA, encarregada de acompanhar a entrega dos produtos, esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

## **7.3. São obrigações da Contratada:**

- 7.3.1. Fornecer o objeto licitado em conformidade com as especificações técnicas exigidas por este edital e em consonância com o Preço Registrado, sob pena de serem rejeitados os itens irregulares;
- 7.3.2. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 7.3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados a Administração e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- 7.3.5. Respeitar as posturas, regulamentos e condições impostas em leis Municipal, Estadual e Federal, que incidirem sobre o objeto do presente certame.
- 7.3.6. Não sub-contratar, transferir ou ceder as obrigações decorrentes do presente certame, salvo motivo justificado e autorização expressa do órgão gerenciador.
- 7.3.7. Cumprir os prazos e horários de entrega, bem como substituir no todo ou em partes, às suas expensas, produtos que estiver com defeito, validade vencida ou deteriorada.
- 7.3.8. Manter, durante toda a Vigência da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.3.9. Os equipamentos entregues deverão obedecer rigorosamente as normas a ele pertinente e as exigidas no edital.



7.3.10. Todos os bens deverão estar acondicionados em embalagens nas quais deverão constar os dados referentes a identificação, à marca do respectivo fabricante, a data de fabricação e ao prazo de validade, no caso de materiais sujeitos à deterioração.

7.3.11. A contratada deverá no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **8.1. Recebimento do Objeto:**

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.





8.1.8. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

8.1.9. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos produtos.

8.1.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a substituição dos produtos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou por indivíduo autorizado.

8.1.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

8.1.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

## **8.2. Liquidação:**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido



Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3. Prazo de pagamento**

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

### **8.4. Forma de pagamento**

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8.5. Do Recebimento**

8.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da entrega do serviço, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.5.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.5.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

8.5.1.1.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.5.1.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.5.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5.2.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação.

8.5.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, e modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, utilizando do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

### 8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 8.2.2. Habilitação jurídica

8.2.2.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.2.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.2.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.2.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.2.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



8.2.2.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3.4. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.4.1. Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da Fazenda (débitos não inscritos) e pela Procuradoria Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa);

8.2.3.5. Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

8.2.3.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123,





de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **8.2.4. Qualificação Econômico-Financeira**

8.2.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.2.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II).

#### **8.2.5. Qualificação Técnica**

8.2.5.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter fornecido materiais / serviços / equipamentos semelhantes ao objeto desta licitação;

8.2.5.2. Somente serão considerados válidos atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo exercido na entidade, bem como dados para eventual contato, estando as informações sujeitas à conferência.

8.2.5.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.2.5.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.2.5.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. **A estimativa do valor total para a contratação é de R\$ 424.545,11 (quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos).** Esse valor foi calculado com base na Ata de Registro de Preços nº 198/2023, cuja vigência se encerrou em 29 de outubro de 2024, e que registrava o montante de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais). Ao valor originalmente registrado, foi aplicado o índice de 3,55%, correspondente à variação do IPCA-E no período de outubro de 2024 a março de 2025,





refletindo a atualização monetária decorrente da inflação após o término da vigência da referida ata.

9.2. É importante ressaltar que o valor acima não substitui a pesquisa de preços que será realizada pelo setor de Licitação em momento oportuno, o qual será previsto no edital.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As receitas para custear as despesas advindas de contratos oriundos deste processo, estarão consignados no orçamento anual do exercício da formalização do contrato.

Tarumã, 12 de maio de 2025.

**RODRIGO CARLOS DE SOUZA**  
Agente de Controle Interno  
Prefeitura Municipal de Tarumã

